



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 26/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 17 DE SETEMBRO DE 2018**

Aos dezassete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, teve lugar a vigésima sexta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

Esta reunião estava agendada para o dia seis de setembro corrente, mas por conveniência de serviços, foi adiada para hoje.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Foi deliberado por unanimidade justificar a falta do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, ausente por motivo de compromissos profissionais inadiáveis.

Passou-se de imediato à

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Presente a minuta da ata número vinte e cinco da reunião desta Câmara Municipal de vinte e três de agosto findo.

Não tendo sido apresentadas alterações, foi deliberado por unanimidade aprovar a ata número vinte e cinco da reunião desta Câmara Municipal de vinte e três de agosto findo.

Passou-se de seguida ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** reiterou o seu pedido de colocação de sombra e de um ponto de água no Parque infantil de Tarouca.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse que iniciará a execução destes melhoramentos após as festas de S. Miguel, pois têm tido muito pessoal de férias /ocupado.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** referiu que as Festas de S. Miguel iniciaram no último fim de semana, bastante preenchido com atividades levadas a cabo por associações locais em parceria com o Município (Clube Motorizado de Tarouca; Associação Inter Tarouca; Ginásio Clube de Tarouca e Associação da Juventude do Concelho de Tarouca).

Manifestou, por isso, o seu apreço para com todo o movimento associativo do Concelho.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, em relação ao Parque Infantil de Tarouca, disse que, na sua

opinião, o seu melhoramento após as Festas de S. Miguel, terá que envolver uma solução que se integre com a envolvente, e que na primavera a situação pudesse estar resolvida.

**A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra**, disse que no inverno também há sol e, como está no centro da cidade, o parque é muito frequentado.

**O Senhor Presidente da Câmara**, sobre o início das Festas de S. Miguel, disse que registei com muito agrado o empenho e dedicação das pessoas que estão à frente do associativismo local, a sua forma de estar e de planear as atividades.

Salientou que, quer se queira ou não, hoje as associações têm um papel importantíssimo na dinâmica do Concelho e agem com espírito de entreaajuda e de colaboração, conforme pode pessoalmente constatar durante a realização dos eventos que tiveram lugar no passado fim de semana, organizados pela Associação da Juventude do Concelho de Tarouca ( Varosa Moments); Clube Motorizado de Tarouca (Demonstração de perícia automóvel); Ginásio Clube de Tarouca (2º Torneio de Andebol S.Miguel) e Associação Inter Tarouca (14º Quadrangular Cidade de Tarouca).

Disse ainda que há parcerias que nós pensávamos que era difícil existirem.

Concluiu, dizendo que terminou o fim de semana cansadíssimo, mas satisfeito, porque tudo correu maravilhosamente bem, manifestando o seu muito obrigado a todos.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato à discussão da seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Relatório de Auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em 30.06.2018, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", acompanhado do Balanço e da Demonstração de Resultados na mesma data

**PONTO 2** - Fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Município de Tarouca, a arrecadar em 2020, referente aos rendimentos de 2019

**PONTO 3** - FC Lusitanos de Samedam - Festa anual do Clube - subsídio no valor de € 1.000,00 - ratificação do pagamento

**PONTO 4** - Ação Social Escolar - Refeições e material escolar - proposta

**PONTO 5** - Ação social escolar - Despacho do Senhor Presidente da Câmara de isenção do pagamento do passe escolar - ratificação

**PONTO 6** - Academia de Música da Câmara Municipal de Tarouca - Ano letivo 2018/2019 - Atualização dos preços das atividades - proposta



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

**PONTO 7** - Autorizações prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 12.06.2018 a 12.09.2018

**PONTO 8** - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesses para o Município no período de 22.08.2018 a 10.09.2018 - Informação

**PONTO 9** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias no período de 22.08.2018 a 10.09.2018 - Informação

**PONTO 10** - Jogos Florais Vale do Varosa 2018

**PONTO 11** - Grupo de cidadãos apresenta abaixo assinado sobre o encerramento do edifício do Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro

**PONTO 12** - Processo N° 53/18 - Operação de Loteamento - Local: Lugar da Naba, UF de Tarouca e Dálvares - Titular: Aquigiarante, Lda.

**PONTO 13** - Processo n° 155/16 - Pedido de Alteração à Operação de Loteamento Urbano - Local: Lugar da Naba, UF de Tarouca e Dálvares - Titular: José Bernardino Maurício Oliveira

**PONTO 14** - Isenção de pagamento das seguintes licenças:

a) Clube Motorizado de Tarouca - VV- Demonstração Automóvel de Tarouca;

b) Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca - Bombi Challenge - 1ª Edição.

**PONTO 15** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 16** - Delegação na CIM Douro das competências de Autoridade Municipal de Transportes - pedido de autorização à Assembleia Municipal e minuta do contrato interadministrativo

**PONTO 1** - **RELATÓRIO DE AUDITORIA REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES EM 30.06.2018, APRESENTADO PELA SOCIEDADE "BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.", ACOMPANHADO DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS NA MESMA DATA**

Presente o relatório de auditoria referente às demonstrações financeiras intercalares em trinta de junho último, apresentado pela Sociedade "BDO & Associados, SROC, Lda.", em cumprimento do disposto na alínea d) do n°2 do artigo 77° da Lei n° 73/2013, de 03.09, acompanhado do balanço e demonstração de resultados do período.

Verificou-se que o balanço apresenta o valor do ativo líquido igual ao valor total dos fundos próprios e do passivo no montante de € 31 541 171,13 (trinta e um milhões e quinhentos e quarenta e um mil e cento e setenta e um euros e treze cêntimos) e que a demonstração

de resultados apresenta um resultado líquido do exercício negativo, de € 18 817,89 (dezoito mil e oitocentos e dezassete euros e oitenta e nove cêntimos).

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse o seguinte:

"Desde 2014 que esta Câmara Municipal está sujeita a auditorias semestrais, realizadas por auditores independentes.

Início salientando que pela primeira vez, o Município de Tarouca não tem dívida acima do limite legal. Isto não significa que estejam resolvidos os problemas inerentes às dificuldades de tesouraria mantêm-se, porque continuamos a ter que pagar os empréstimos, mas é um aspeto bastante positivo do nosso retrato financeiro.

Sobre as principais conclusões dos auditores:

1º Inventariação dos bens: é um processo em progressão, mas que nunca terá fim;

2º Dívida à Águas do Norte, SA: existem três processos em Tribunal sobre as faturas dos consumos mínimos, que não reconhecemos

4º Fundos disponíveis negativos: tendo em conta o montante dos encargos, essencialmente com amortizações de empréstimos, o Município a partir do mês de maio deixa de ter fundos disponíveis. É uma situação que se repete.

Verifica-se na página doze do relatório que há sustentabilidade entre proveitos e ganhos.

Por outro lado, o resultado líquido do exercício é substancialmente inferior ao registado em 30.06.2017 ( - 29 623,52), o que é um orgulho.

Relativamente à execução orçamental (páginas 14 e 15 da informação) regista-se 31% de taxa de execução da receita o que aos fundos comunitários, que só agora começaram a ter desenvolvimento, esperando que até ao final do ano a receita atinja 85% do previsto.

Uma mensagem de congratulação a todos os membros do Executivo, Juntas de Freguesia, Associações e funcionários do Município. Se isto hoje é um resultado positivo, foi conseguido porque todos fizeram um esforço nesse sentido.

Em 5 anos foi possível alcançar estes resultados sem despedir gente, sem aumentar impostos, sem diminuir os apoios da ação social, e por isso estamos todos de parabéns."

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Estes resultados também se conseguem porque existe um ambiente cordial. Temos tido isso em conta e hoje os resultados refletem-no. Com uma gestão bastante rigorosa. É difícil ao Presidente da Câmara responder a certas solicitações que gostaria de satisfazer, porque os recursos são limitados.



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

Como disse há pouco, as Instituições também fizeram o seu papel, nas áreas cultural, social, desportiva. E, de igual modo, as Juntas de Freguesia, com quem vem trabalhando este caminho, difícil, mas que se vai fazendo. Levando por diante o nosso objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Os meus parabéns por isso."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente relatório, bem como o balanço e a demonstração de resultados referentes ao período de 01.01.2018 a 30.06.2018 e remeter estes documentos à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na citada alínea d) do n° 2 do artigo 77° da Lei n°73/2013, de 03.09.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2020, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2019**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO MUNICÍPIO DE TAROUCA, A ARRECADAR EM 2020, REFERENTE AOS RENDIMENTOS DE 2019**

**PROPOSTA**

Nos termos do n° 1 do artigo 26° da Lei n° 73/2013, de 3 de setembro, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n°1 do artigo 78° do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n°2 do artigo 69°.

Essa participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitem os rendimentos (n°2 do citado artigo 26°).

A ausência da referida comunicação, ou a comunicação para além da referida data, equivalem à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável no IRS por parte dos municípios.

Assim, considerando que:

- em 2018, o Município de Tarouca receberá o montante de € 131 930, correspondente a 5% de participação variável no IRS que incidiu sobre os rendimentos de 2017 (deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento



Regional, 0,25% do montante a transferir), sendo que o montante total da participação a transferir para os municípios é de € 420 662 180;

- está em curso o plano de saneamento financeiro, aprovado pelos órgãos municipais no ano de 2017, que substitui o anterior plano, em vigor desde 2010, que impõe a adoção de medidas de maximização da receita, continuando, por isso, a ser inviável a redução da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, referente a rendimentos do ano 2019,

**Proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, **fixe em 5% a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2019 e a arrecadar em 2020.**

Tarouca, 20 de agosto de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que aqui está uma situação em que por muita vontade que tivessem ainda não é possível reduzir a participação do Município, devido ao plano de saneamento financeiro aprovado e em curso.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, **fixe em 5% a participação variável, pretendida por este Município, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área da respetiva circunscrição territorial, incidente sobre os respetivos rendimentos de 2019 e a arrecadar em 2020.**

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3 - FC LUSITANOS DE SAMEDAM - FESTA ANUAL DO CLUBE - SUBSÍDIO NO VALOR DE € 1.000,00 - RATIFICAÇÃO DO PAGAMENTO**

Presente um ofício datado de quatro de junho último remetido pela Associação FC Lusitanos de Samedan, solicitando o apoio deste Município para a realização da grande festa anual do Clube, que se realizou no dia oito de setembro corrente, em Samedan.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

"Mais uma vez estive presente na Festa desta associação, onde muitos emigrantes de Tarouca participam. Sinto-me bem lá.

Correu muito bem, mesmo em termos solidários.

Fico muito satisfeito com a forma como as nossas instituições funcionam e ajudam.

Entendo que esta e outras associações devem arranjar formas de divulgar os donativos que recebem, podendo fazê-lo por exemplo na internet."

Nós andamos com a melhor das intenções. Publicitar na vossa página da internet o que deram."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar a atribuição ao FC Lusitanos de Samedan de um subsídio no valor de € 1.000,00 (mil euros), para o efeito solicitado, por se tratar de um evento de interesse municipal, uma vez que participa no mesmo a comunidade emigrante oriunda do concelho de Tarouca (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

**PONTO 4 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - REFEIÇÕES E MATERIAL ESCOLAR - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA AO EXECUTIVO****AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - REFEIÇÕES E MATERIAL ESCOLAR**

De acordo com a alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013 de 12.09, compete à Câmara Municipal "deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes".

Por outro lado, o regime jurídico aplicável ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar foi estabelecido pelo Decreto-lei n.º 55/2009 de 02 de março, que no seu artigo 37.º determina-se que "a prestação dos auxílios económicos é da responsabilidade e competência dos municípios, no caso da educação pré-escolar e do ensino básico e do Ministério da Educação no caso dos demais níveis e ciclos de ensino."

Deste modo, visando assegurar um princípio de justiça social e de equidade, garantindo a igualdade de oportunidades de acesso e sucessos escolares aos alunos que frequentam as escolas do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho de Tarouca, informo V. Exas. que, no ano letivo 2018/2019, concedo os seguintes auxílios económicos:

- **Isenção no pagamento de refeições escolares a todos os alunos que frequentam o Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico.**

E, tendo em vista o cumprimento ao disposto na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2018), nos termos do Despacho n.º 7255/2018, de 31

julho através das alterações agora introduzidas ao Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, alterado pelo Despacho n.º 5296/2017, de 16 de junho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 451/2017, de 11 de julho, informo, ainda, V. Exas. que no ano letivo de 2018/2019, concedo os seguintes **auxílios económicos a estudantes do 1.º ciclo do ensino básico para a aquisição de material escolar**:

	<b>Material Escolar</b>
<b>Escalão A</b>	16,00 €/aluno
<b>Escalão B</b>	8,00 €/aluno

Os valores supramencionados serão concedidos através de um vale de aquisição de livros e material escolar nas papelarias de Tarouca, designadamente na Papelaria e Livraria A.B.C. e na Papelaria Avenida.

Mais solicito a ratificação dos apoios concedidos, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Paços do Município, 03 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e conceder, no ano letivo 2018/2019, os seguintes auxílios económicos:

- **Isenção no pagamento de refeições escolares a todos os alunos que frequentam o Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico.**

- **Auxílios económicos a estudantes do 1.º ciclo do ensino básico para a aquisição de material escolar:**

	<b>Material Escolar</b>
<b>Escalão A</b>	16,00 €/aluno
<b>Escalão B</b>	8,00 €/aluno

Os valores supramencionados serão concedidos através de um vale de aquisição de livros e material escolar nas papelarias de Tarouca, designadamente na Papelaria e Livraria A.B.C. e na Papelaria Avenida.

**PONTO 5 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO PASSE ESCOLAR - RATIFICAÇÃO**

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

**"DESPACHO**

Em aditamento ao meu despacho datado de 03.09.2018 e ao abrigo do disposto no n.º 3, do art. 35º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, decido, no âmbito da ação social escolar, à semelhança dos anos anteriores, conceder isenção total do pagamento do passe escolar aos alunos





2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

oriundos do concelho de Tarouca que, no ano letivo 2017/2018, frequentem estabelecimento de ensino secundário público ou profissional sito noutra Concelho, desde que não exista a respetiva área em Tarouca.

À próxima reunião para ratificação.

Tarouca, 12 de setembro de 2018.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho.

**PONTO 6 - ACADEMIA DE MÚSICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA - ANO LETIVO 2018/2019 - ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DAS ATIVIDADES - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"ACADEMIA DE MÚSICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA**

**ANO LETIVO 2018/2019**

**ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DAS ATIVIDADES**

**PROPOSTA**

A Academia de Música da Câmara Municipal de Tarouca tem vindo, ao longo de quase 10 anos de existência, a obter resultados muito positivos, evidenciados na qualidade das inúmeras atuações públicas realizadas e no percurso artístico dos seus alunos.

No ano letivo de 2018/2019, pretende-se dar continuidade a este projeto, de acordo com o plano de atividades já apresentado pela sua Direção, tendo em vista continuar a incentivar a prática da música e a ocupação dos tempos livres, em especial dos mais jovens.

Assim,

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência que lhe confere a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, delibere manter os seguintes preços das atividades ministradas na Academia de Música, para o ano letivo de 2018/2019:

	Preço
INSCRIÇÃO NA ACADEMIA	10,00€
FREQUÊNCIA DAS AULAS DO PROGRAMA OFICIAL	30,00€
FREQUÊNCIA DAS AULAS DO CURSO LIVRE	30,00€
2º FILHO A FREQUENTAR A ACADEMIA	20,00
POR CADA INSTRUMENTO EXTRA	15,00
POR CADA INSTRUMENTO EXTRA - 2º FILHO A FREQUENTAR A ACADEMIA	10,00

(Os preços indicados estão isentos de Iva)

Paços do Município, 6 de setembro de 2018.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e manter os seguintes preços das atividades ministradas na Academia de Música, para o ano letivo de 2018/2019:

	Preço
INSCRIÇÃO NA ACADEMIA	10,00€
FREQUÊNCIA DAS AULAS DO PROGRAMA OFICIAL	30,00€
FREQUÊNCIA DAS AULAS DO CURSO LIVRE	30,00€
2º FILHO A FREQUENTAR A ACADEMIA	20,00
POR CADA INSTRUMENTO EXTRA	15,00
POR CADA INSTRUMENTO EXTRA - 2º FILHO A FREQUENTAR A ACADEMIA	10,00

(Os preços indicados estão isentos de Iva)

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 - AUTORIZAÇÕES PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 12.06.2018 A 12.09.2018**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO  
INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 12.06.2018 a 12.09.2018**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 12.09.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 2018.06.12 a 2018.09.12		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	688 914,23 €	1 679 169,69€



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2020	51 081,36 €	451 634,69 €
2021	24 539,08 €	320 976,49 €
2022	9 501,44 €	13 670,13 €
2023	9 606,24€	10 648,41 €
2024	150 722,15 €	150 722,15€
Total	<b>783 642,35 €</b>	<b>2 626 821,56 €</b>

Paços do Município, 12.09.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSES PARA O MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 22.08.2018 A 10.09.2018 - INFORMAÇÃO**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

**"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)**

**Período de 22.08.2018 a 10.09.2018**

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas**

Total: € 381,60

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização das festas em honra de N.ª Sr.ª da Piedade e Santa Bárbara nos dias 17 a 19 de agosto.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de São João de Tarouca**

Total: € 300,00

Finalidade: Apoio em espécie (flores) aquando da realização das festas em honra S. Bernardo no dia 19 de agosto.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Gouviães**

Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (material pirotécnico) para a Festa em Honra de Santa Maria Madalena.

❖ **Vale do Varosa - Associação de Desenvolvimento Local**

Total: € 427,95

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares)  
para a 3ª Edição do Estágio de Sopros.

❖ **Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense**

Total: € 293,44

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares)  
para o Torneio realizado no dia 2 de setembro.

Tarouca, 11 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade  
ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 9 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS  
LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E  
EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS  
FREGUESIAS NO PERÍODO DE 22.08.2018 A 10.09.2018 -  
INFORMAÇÃO**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da  
Câmara:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente  
existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de  
interesse para o município, bem como às freguesias  
(alínea o) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº  
75/2013, de 12.09)

Período de 22.08.2018 a 10.09.2018

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à  
Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Fábrica da Freguesia da União das Freguesias de  
Gouveães e Ucanha**

Total: €16,74

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção),  
para casa memoria José Leite Vasconcelos - Ucanha;

❖ **Freguesia de Mondim da Beira**

1.Total: € 142,99

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção),  
para o regadio da Capela em Mondim de Cima;

2.Total: € 25,09

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção),  
para o regadio do Farnel em Mondim da beira;

Tarouca, 11 de setembro de 2018

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade  
ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 10 - JOGOS FLORAIS VALE DO VAROSA 2018**

Presente o projeto para a realização dos Jogos Florais  
Vale do Varosa 2018, subscrito por Manuel Leite dos  
Santos, membro da Assembleia Municipal

O Senhor Presidente da Câmara explicou que este é um  
projeto que já vem sendo apresentado por um membro da



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

Assembleia Municipal e tem sido acarinhado pelo Executivo.

Considera que deveria ser realizado com periodicidade bienal.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade incumbir o Senhor Presidente da Câmara de analisar em conjunto com o proponente do projeto a respetiva periodicidade (anual ou bienal; no caso de ser realização de dois em dois anos, data a partir da qual se conta esse período, 2017 ou 2018), para posterior decisão final.

**PONTO 11 - GRUPO DE CIDADÃOS APRESENTA ABAIXO ASSINADO SOBRE O ENCERRAMENTO DO EDIFÍCIO DO JARDIM DE INFÂNCIA DO CASTANHEIRO DO OURO**

Presente um abaixo assinado sobre o encerramento do edifício do Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro, apresentado por um grupo de cidadãos, no qual, em resumo, entendem que o ensino pré-escolar deve funcionar todo no mesmo edifício, seja ele no Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro, seja ele no Centro Escolar de Tarouca, provocando assim igualdade entre todas as crianças do Concelho.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse o seguinte:

"Nós devemos deixar que as coisas funcionam.

O Centro Escolar foi construído depois do Jardim de Infância e tinha obrigação de estar melhor preparado. E se temos ali espaço deve ser aproveitado.

Não quis fechar o Jardim do Castanheiro do Ouro este ano, para não criar mal-estar, mas em breve iremos reunir para analisar e decidir este assunto, de modo a que as famílias se preparem e saibam com o que contar no próximo ano letivo, com antecedência.

Oportunamente darei conhecimento do agendamento desta reunião."

**A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** disse que estes pais têm razão, pois as crianças são todas iguais e quem quiser ensino "especial" tem os estabelecimentos privados.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que o Jardim do Castanheiro do Ouro tem pessoal e outras despesas, diariamente, sem necessidade disso.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aguardar o agendamento de uma reunião pelo Senhor Presidente da Câmara, para decisão sobre se o Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro encerrará ou não no próximo ano letivo, a agendar para data que permita depois a organização das famílias com a devida antecedência.

Nesta altura, o **Senhor Presidente da Câmara**, por impedimento legal, ausentou-se da reunião.



**PONTO 12 - PROCESSO Nº 53/18 - OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - LOCAL: LUGAR DA NABA, UF DE TAROUCA E DÁLVARES - TITULAR: AQUIGARANTE, LDA.**

Presente o despacho da **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 53/18

Local: Lugar da Naba / Tarouca

Titular: Aquigarante, Lda

ASSUNTO: Operação de Loteamento

**DESPACHO**

No âmbito do pedido de licenciamento de uma operação de loteamento, para constituição de 4 lotes, destinados a habitação unifamiliar, apresentado em 21/03/2018, foi notificado o respetivo titular (ofício 996/18 de 7/05/2018) para "...apresentar /esclarecer as questões que tiver por conveniente na justificação do enquadramento da operação proposta e nos termos da informação técnica...".

Na sequência da referida notificação, em 31/07/2018, foi apresentada ao processo memória descritiva, do respetivo autor do projeto do loteamento, quanto ao enquadramento da operação de loteamento proposta e dos seus lotes, assim como da respetiva implantação/afastamento das edificações ao limite dos lotes e sua relação com a envolvente.

Sobre o pedido de licenciamento e dos elementos apresentados ao processo, a informação técnica propõe manter o parecer inicial, emitido sobre a operação de loteamento, com desenho de solução anexa ao processo.

Na matéria referenciada na informação técnica, existem duas questões essenciais e distintas a decidir: a exigência da "continuidade dos passeios com 1,60m dentro do lote" e o "afastamento da massa edificável a 3,0 metros do passeio".

Desta referencia, proponho para análise e decisão da câmara a operação de loteamento proposta, condicionada à contemplação de passeios em continuidade dos existentes, com desenho urbano que corrija e complete o perfil existente numa adequada relação com a envolvente e do seu possível desenvolvimento, de acordo com o esquema da previsão constante do projeto/obra de construção da variante, a retratar nas peças do projeto da operação de loteamento/obras de urbanização, sobre levantamento topográfico atualizado e mais completo, na correta demonstração do traçado viável com a envolvente, tendo em conta todas as edificações já existentes no local, não tendo de passar obrigatoriamente dentro ou fora do lote.

No que se refere aos afastamentos, estando a parcela a lotear infraestruturada, confinante com arruamentos perfeitamente definidos, e sem prejuízo dos passeios já referenciados, e estando a operação no PDM em solo urbano



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

- Espaços habitacionais, de que se destaca as seguintes disposições:

**Artigo 58 - Identificação e Qualificação**

1. Os Espaços Habitacionais, compreendem os espaços complementares dos espaços centrais do aglomerado de Tarouca e constituem as novas centralidades urbanas, que correspondem a áreas do território com tecido urbano consolidado e em consolidação, destinado preferencialmente a funções residenciais, pretendendo-se promover a sua colmatação de acordo com a ocupação urbana envolvente e a qualificação do espaço público.

**Artigo 60 - Regime de Edificabilidade**

Quando não for possível determinar a edificabilidade para um prédio ou parcela constituída de acordo com as normas constantes do artigo 54º, e em processos de urbanização, as regras de edificabilidade, são as seguintes:

a) Número máximo de pisos admitido acima da cota de soleira é de 4.

b) Índice de Utilização do Solo máximo, não deve exceder 1,8;

c) Índice de Ocupação do Solo máximo, não deve exceder 0,8;

Será de referenciar daqui que o prédio se localiza numa área do território considerado como tecido urbano consolidado e em consolidação, e para o qual é permitido o índice de ocupação de 0,8, e deste índice resulta uma ocupação de terreno muito superior ao proposto pela implantação das edificações apresentadas na operação de loteamento, mesmo que esta norma não permita depurar outras regras que sejam aplicadas, não pode a mesma prejudicar a política de ordenamento defendida no próprio PDM, nomeadamente os índices admitidos para a classe de solo em causa - área consolidada/consolidar. Além que, teremos que ver a extensão da aplicabilidade do artigo 66º do RMUE, que não tem por força a exigência de afastamentos sobre o espaço público, sendo referenciado na informação técnica como se estivesse a tratar de prédios confinantes - propriedades vizinhas, nos quais o projeto cumpre o afastamento superior a 3 metros, que a norma do Regulamento Municipal pretende salvaguardar.

E nesta matéria veja-se a realidades aprovadas/edificadas na mesma área de território: os vários edifícios edificados confinantes com o passeio/arruamento, sejam eles de habitação coletiva/mistos ou mesmo habitação unifamiliar que a sua relação com os arruamentos que os envolvem não possuem a referidas características de afastamento que se está a exigir.

Ou seja, na construção de edifícios novos, existe clara distinção entre o afastamento relativamente aos prédios vizinhos e o afastamento relativamente às vias públicas, sendo que neste cai a aplicação da lei 2110 e do artigo

69 do RMUE, cuja redação tem por referencia "o afastamento e alinhamento de construções e vedações ao eixo das vias publicas".

E assim, não estando em causa o afastamento dos edifícios ao limite dos lotes, do artigo 66º do RMUE, apenas caberá apreciar da informação técnica, o tipo de perfil e configuração a exigir às vias públicas confinantes, com a continuidade do passeio a contemplar nas plantas da operação de loteamento, sem descuidar os acordos do município nas negociações das parcelas atualmente integrada na variante, nomeadamente nas considerações de que se considerariam essas parcelas nas áreas de cedência no âmbito dos processos de licenciamento de operação de loteamento, entre outras.

À Reunião de camara.

3 de setembro de 2018

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que o presente despacho vem acompanhado do processo nº 53/18, em que é requerente a sociedade "Aquiguarante, Lda", referente ao licenciamento de uma operação de loteamento urbano, com obras de urbanização.

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou o processo se refere a uma operação de loteamento com quatro lotes, em que a capacidade de edificabilidade se apresenta muito inferior à que poderia ser utilizada, sem propor construção encostada ao próprio passeio - estabelecimentos, e onde existe passeio em mais de 90% da sua extensão, executado, resultado das negociações efetuadas aquando da aquisição do terreno para a construção da Variante Oeste.

Disse ainda que considera que os afastamentos serão os afastamentos à via pública, na configuração do arruamento construído, e não ser de considerar os afastamentos aplicáveis aos prédios de vizinhos.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a operação de loteamento urbano proposta, condicionada à contemplação de passeios em continuidade dos existentes, com desenho urbano que corrija e complete o perfil existente numa adequada relação com a envolvente e do seu possível desenvolvimento, de acordo com o esquema da previsão constante do projeto/obra de construção da variante, a retratar nas peças do projeto da operação de loteamento/obras de urbanização, sobre levantamento topográfico atualizado e mais completo, na correta demonstração do traçado viável com a envolvente, tendo em conta todas as edificações já existentes no



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

local, não tendo de passar obrigatoriamente dentro ou fora do lote.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Câmara regressou à reunião.

**PONTO 13 - PROCESSO N.º 155/16 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO - LOCAL: LUGAR DA NABA, UF DE TAROUCA E DÁLVARES - TITULAR: JOSÉ BERNARDINO MAURÍCIO OLIVEIRA**

Presente o despacho da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira que a seguir se transcreve:

"Processo n.º 155/16

Local: Lugar da Naba / Tarouca

Titular: José Bernardino Maurício Oliveira

ASSUNTO: Operação de Loteamento

**DESPACHO**

O pedido de alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará 1/17, com alteração do n.º de pisos de 1 para 2, com a introdução de um piso abaixo da cota de soleira (cave) e do aumento da área de construção, foi aprovado por deliberação de camara de 23/08/2018, nos termos da informação técnica do chefe de divisão da DGUA, enquadrada como alteração até 3% da área de construção previstas na licença de loteamento, tendo por referencia o n.º 8 do artigo 27º do RJUE do Decreto-Lei 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 136/14 de 09/09, em que as alterações à licença da operação de loteamento, são aprovadas por simples deliberação da câmara municipal.

De acordo com pareceres e entendimentos diversos, divulgados, da referida deliberação resulta a comunicação à CRP para os devidos averbamentos/anotações nas respetivas descrições do prédio/prédios.

Na preparação da referida notificação, deparamo-nos com duas questões sobre a informação técnica/deliberação, nomeadamente:

1 - A mudança do n.º de pisos pelo n.º 8 do artigo 27º, na sua redação, nomeadamente no que se sublinha "As alterações à licença de loteamento, com ou sem variação do número de lotes, que se traduzam na variação das áreas de implantação, de construção ou variação do número de fogos até 3 %, desde que observem os parâmetros urbanísticos ou utilizações constantes de plano municipal ou intermunicipal de ordenamento do território, são aprovadas por simples deliberação da câmara municipal, com dispensa de quaisquer outras formalidades, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis."

2 - A alteração ocorrer até 3% da área total de construção do loteamento e não do lote para o qual foi solicitada alteração, sendo que o pedido esgota os 3% da área de construção de todos os lotes, podendo estar em



causa a salvaguarda das regras gerais da legitimidade atinente aos procedimentos urbanísticos - que exige que o interessado na alteração seja titular de um direito que lhe permita efetivar a mesma, impondo-se assim exigências acrescidas neste domínio com vista à proteção da confiança de terceiros adquirentes dos lotes.

Sobre o n.º8 do artigo 27º do RJUE, considero pertinente determinar procedimentos adequados, pela maioria das opiniões jurídicas/técnicas consultadas, que defende a existência desta norma para alterações de pormenor resultantes do desenvolvimento do projeto de arquitetura e ainda do que colhe entendimento de alguns juristas/CCDRs, transcrevendo a seguinte anotação ao artigo por Fernanda Paula Oliveira, Maria José Castanheira Neves, Dulce Lopes e Fernanda Maças, na seguinte interpretação:

"Uma das dúvidas frequentes sobre a variação dos 3% referidos neste artigo é a de saber se a mesma se refere à totalidade do loteamento ou a cada lote. A este propósito, em reunião de coordenação jurídica entre CCDR's realizada em 7 de Julho de 1994 ao abrigo do despacho n.º 40/93, de Sua Ex.ª o SEALOT, publicado no Diário da República, II série, de 11/01/94, conclui-se sobre norma do Decreto-Lei n.º 448/91, com uma redação idêntica a esta, que "a variação de 3% respeita às áreas de implantação e de construção previstas para cada lote e,...". Esta é a posição que melhor se adequa à intenção, sempre presente no regime jurídico dos loteamentos urbanos, de proteção da confiança de terceiros adquirentes dos lotes impedindo que apenas um dos lotes (eventualmente o primeiro a propor alteração) pudesse esgotar esta margem, ...".

E no caso de se poder vir a admitir que pode ocorrer pedido de alteração que não se efetue apenas sobre um único lote, tendo por referencia a letra do aludido n.º8, nomeadamente quando este refere que "As alterações à licença de loteamento, com ou sem variação do número de lotes,...", exige no mínimo que o interessado na alteração seja titular de um direito que lhe permita efetivar a mesma, pela verificação das respetivas legitimidades e sobre a abrangência da alteração, para seguimento do referido procedimento.

Assim, considero que nos procedimentos de alteração à licença com enquadramento no n.º8 do artigo 27º sejam aprovadas por simples deliberação, nos termos supra referidos, para ser contemplada na aprovação dos projetos dos respetivos edifícios no âmbito de pedido de licenciamento ou na apresentação do procedimento de comunicação prévia, com salvaguarda das regras gerais da legitimidade atinente aos procedimentos urbanísticos.





2018/09/17

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

## CÂMARA MUNICIPAL

Entretanto, foi apresentado alteração ao pedido de alteração da licença em causa, contemplando a pretensão inicialmente prevista, aumento do n.º pisos e com a reformulação da área pretendida - aumento dessa mesma área de construção, com memória e planta de síntese da pretensão, acompanhada do respetivo temo do autor da alteração, e ainda declaração para efeitos do n.º 3 do artigo 27º.

Neste contexto, proponho que esta câmara delibere:

Sobre a alteração da licença apresentada, dando lugar a aditamento ao alvará, nos termos do artigo 27º do RJUE, com prévia verificação da não oposição da maioria da área dos lotes.

A tramitação a seguir nos procedimentos de alteração enquadráveis no n.º 8 do artigo 27º do RJUE, na sua atual redação.

Revogar a deliberação de 23/08/2018, nos termos do exposto no presente despacho.

À Reunião de camara

Em 04 de setembro de 2018

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

(no uso de competência delegada pelo Presidente da Câmara em 23/10/2017)

Susana Cristina Dias Pereira"

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** explicou resumidamente a sua proposta e, por consequência, propôs a revogação da deliberação proferida na reunião anterior, sobre o mesmo assunto, em virtude de existir erros nos respetivos pressupostos de facto e de direito, em especial, porque entende que o pedido deve ser tratado como uma alteração ao alvará em vez de ao abrigo da variação dos 3%, que, ao ser utilizada, retira a possibilidade de os demais interessados também a usarem no futuro, e sem terem requerido tal variação.

A **Senhora Vereadora Ana Maria da Silva Xavier Guerra** disse que não gosta do aspeto arquitetónico do bairro que está a ser construído no lugar da Naba e perguntou se as construções têm licença, pois não vê lá nenhum aviso.

A **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que existe licenciamento de construções sobre o referido loteamento, e até já visualizou no local avisos afixados. Disse ainda que o loteamento aprovado foi apresentado com construção de baixa densidade, ao contrario do que se vê, longe da capacidade que lhe era permitida pelo PDM, tanto em área total de construção como em numero de pisos - quatro pisos.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que ainda não há licença de gosto.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

a) Aprovar a presente proposta;

- b) Com fundamento na mesma, revogar a deliberação proferida em reunião de 23.08.2018 sobre o mesmo pedido;
- c) Aprovar a seguinte alteração ao alvará de loteamento urbano n° 1/2017, emitido em 17.05.2017: a área de construção do lote n°4 passa a ser de 274,10 m2.

**PONTO 13 - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE LICENÇA**

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção de pagamento das taxas devidas pela emissão das seguintes licenças de realização de provas desportivas, cada uma no valor de € 21,70:

- a) Clube Motorizado de Tarouca - VV- Demonstração Automóvel de Tarouca;
- b) Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca - Bombi Challenge - 1ª Edição.

**PONTO 14 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e setenta, de catorze de setembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 384.907,94 (trezentos e oitenta e quatro mil e novecentos e sete euros e noventa e quatro centimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 267.502,09 (duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e dois euros e nove centimos).

Foi tomado conhecimento.

**PONTO 15 - DELEGAÇÃO NA CIM DOURO DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSPORTES - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL E MINUTA DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DELEGAÇÃO NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO (CIMDOURO) DAS COMPETÊNCIAS DE AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRANSPORTES E DE APROVAÇÃO DA MINUTA DO RESPECTIVO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO**

**PROPOSTA**

O Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n° 75/2013, de 12 de setembro, veio reiterar a natureza genérica e abrangente das atribuições autárquicas, sendo que todas as matérias que respeitem à promoção e à salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações devem ser assumidas como uma obrigação prestacional, de fomento ou de qualquer outra feição, a cargo das autarquias locais.

O mesmo enquadramento normativo veio consagrar igualmente a possibilidade da celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências entre os diversos entes autárquicos e entre estes e o Estado ou outras entidades de direito público, prevendo expressamente a delegação de competências dos Municípios nas Entidades Intermunicipais (artigos 128° e seguintes do RJAL).



2018/09/17

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

A Lei nº 52/2015, de 9 de junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros (RJSPTP), que representa uma profunda alteração do modelo institucional de planeamento e gestão do serviço público de transporte de passageiros e do quadro legal de organização do respetivo mercado, em Portugal.

Nos termos do artigo 6º do RJSPTP, os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, sendo, nos termos do artigo 7º do mesmo RJSPTP, as Comunidades Intermunicipais as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica.

Nos termos do artigo 10º do já referido RJSPTP, as autoridades de transportes podem delegar, designadamente através de contratos interadministrativos, total ou parcialmente, as respetivas competências noutras autoridades de transportes.

Neste contexto, e considerando a coesão territorial que sempre decorre da integração dos sistemas de transporte de passageiros a uma escala intermunicipal, com a consequente melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e da racionalização de meios e recursos, com a adoção de uma gestão eficaz e sustentável das diversas linhas de serviço público que servem os utentes no território do Douro,

proponho a V.Exas que esta Câmara Municipal, delibere no uso da competência prevista no artigo 32º e na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, solicitar à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea k) do nº1 do artigo 25º do referido diploma, autorize, ao abrigo do disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e artigos 6º e 10º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei 52/2015, de 9 de junho, a delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) das competências deste Município de autoridade municipal de transportes e, para o efeito, aprove a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, em anexo à presente proposta.

Tarouca, 14.09.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que em reunião da CIMDOURO foi decidido por todos os Municípios delegar esta competência naquela entidade.

Explicou ainda que a CIMDouro apenas terá a função de gerir contratos e sendo em conjunto só temos a ganhar, porque o preço pode ser mais baixo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo informou que a cláusula 14ª foi uma imposição dos autarcas, visando garantir que não haverá aumento da despesa pública.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na alínea k) do nº1 do artigo 25º do referido diploma, autorize, ao abrigo do disposto nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e artigos 6º e 10º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei 52/2015, de 9 de junho, a delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO) das competências deste Município de autoridade municipal de transportes e, para o efeito, aprove a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, em anexo à presente proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luís Maria de Sá e Silva*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

